

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Política Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Política de Educação**

## **A POPULAÇÃO RIBEIRINHA NO ENSINO SUPERIOR: quem são os estudantes ribeirinhos da UFPA?**

**HELEN MARCELE CARVALHO DOS SANTOS<sup>1</sup>**

**PATRICIA TEODORO DE SOUZA NASCIMENTO<sup>2</sup>**

**RAQUEL CORREIA DE OLIVEIRA<sup>3</sup>**

**SOLANGE MARIA GAYOSO DA COSTA<sup>4</sup>**

**RESUMO:** Este trabalho objetiva caracterizar os discentes ribeirinhos que cursam graduação na UFPA. A metodologia envolveu uma revisão de literatura sobre o tema e um levantamento no Cadastro Geral de Assistência Estudantil da UFPA. Como resultado, apresenta-se a importância da democratização do ensino superior e uma reflexão sobre as principais características dos estudantes ribeirinhos.

**ABSTRACT:** This work aims to characterize riverside students studying undergraduate studies at UFPA. The methodology involved a literature review on the topic and a survey of the UFPA General Student Assistance Registry. As a result, the importance of the democratization of higher education and a reflection on the main characteristics of riverside students are presented.

**Palavras-chave:** Amazônia. Populações tradicionais. Educação.

**Keywords:** Amazon. Traditional populations. Education.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará

<sup>3</sup> Universidade Federal do Pará

<sup>4</sup> Universidade Federal do Pará

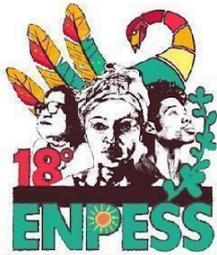
## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, no campo de estudos do ensino superior as investigações sobre a democratização do acesso têm crescido e ganhado relevância, principalmente quando se trata da discussão sobre os novos sujeitos que anteriormente à adoção das políticas afirmativas estavam excluídos (Flores, 2020; Senkevics, 2021), mas que hoje constituem importantes grupos que trazem a diversidade para dentro dos espaços acadêmicos.

Nesse sentido, este trabalho investiga as populações tradicionais ribeirinhas e a sua relação com o ensino superior na Amazônia. Os estudos mostram que este tema tem tido ampla repercussão, uma vez que a adoção de políticas afirmativas fomentou uma ampliação nunca antes vista da presença de negros, indígenas, quilombolas e populações do campo no ensino superior (Brito; Hage, 2015, Paulo, 2018; Flores, 2020; Senkevics, 2021). A literatura demonstra a importância que tal debate apresenta para a sociedade civil, que ao longo dos anos vêm se contrapondo a dinâmica de privatização imposta pelo avanço do neoliberalismo, lutando pela promoção do acesso aos grupos que historicamente tiveram seu direito à educação violado (Brito; Hage, 2015). Diante deste cenário, as pesquisas recentes indicam que a democratização do acesso ao ensino superior é uma realidade, que permeada por contradições, tem despertado o interesse de inúmeros pesquisadores (Redin, 2017; Hage et al., 2018; Paulo, 2018; Gehlen; Finatto, 2019; Melo; Braga; Santana, 2020; Alves, 2023). Assim, têm-se que os estudos sobre desigualdades de acesso, hierarquias de cursos e instituições e as políticas de ações afirmativas figuram na lista dos principais temas que são debatidos (Neves; Sampaio; Heringer, 2018).

Contudo, ainda não se sabe sobre as principais características da população ribeirinha que adentra no ensino superior, pairando uma situação de invisibilidade social desses sujeitos, que na Amazônia constituem-se em um grupo extremamente importante, que ao longo do tempo enfrenta desafios para acessar os seus direitos, onde se destaca principalmente a educação formal (Lira; Chaves, 2016; Fernandes; Moser, 2021).

Apesar de a literatura falar que o ensino superior hoje é marcado pela diversidade que é inerente aos diferentes grupos que acessam este grau de ensino, pouco se sabe sobre o acesso das populações do campo, se ele de fato se materializa, como isso acontece, ou ainda, qual o perfil desses sujeitos e as suas condições de permanência na universidade (Flores, 2020; Sandes; Alves, 2021; Silva; Ximenes, 2022; Ferreira, 2021; Rodrigues, 2023).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Esta breve análise mostra que ainda que os estudos falem sobre a democratização do acesso ao ensino superior como fator desencadeante para a diversidade de sujeitos que hoje se encontram na universidade, não se sabe ainda sobre o perfil, não há uma caracterização que permita conhecer mais das demandas que apresentam, nem mesmo se grupos como o da população ribeirinha de fato estão acessando a universidade. Desta forma, indaga-se qual a caracterização dos discentes ribeirinhos que cursam graduação na UFPA? Destarte, o objetivo é caracterizar quem são os discentes ribeirinhos que cursam graduação na UFPA.

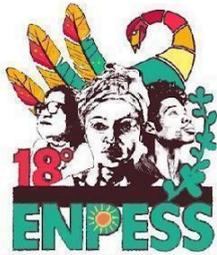
A pesquisa constitui-se em um dos resultados de uma análise documental realizada no âmbito de uma pesquisa empírica em andamento que está sendo realizada com discentes que estão cadastrados no banco de dados da Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pará (UFPA). A metodologia envolveu a realização de uma revisão de literatura sobre o tema, assim como um levantamento no Cadastro Geral de Assistência Estudantil (CADGEST) da UFPA.

Após essa introdução, o presente trabalho traz uma revisão de literatura sobre o tema democratização do acesso ao ensino superior e população ribeirinha na Amazônia. Discussão e considerações finais encerram o documento.

## 2 A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Inicia-se a reflexão sobre a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, corroborando com István Mészáros que, argumenta em sua obra: “A Educação para Além do Capital” (2008), que a educação deve transcender a lógica desumanizadora do capitalismo e do individualismo, visando possibilitar tanto ao indivíduo, quanto a sociedade, uma reconexão com o trabalho e promover possibilidades criativas e emancipatórias. O autor propõe que a educação deve ser transformadora, e contribuir para a construção de “outro mundo possível” onde o ser humano possa ser referência central. Nesse sentido, Mészáros (2008) faz críticas às reformas educacionais que, ao serem conciliadas com a lógica do capital, falham em promover mudanças estruturais e significativas devido à natureza irreformável e sistêmica do capitalismo, argumentando que é essencial romper com a lógica econômica se o objetivo é uma educação verdadeiramente diferente e emancipatória.

Ao refletir sobre a educação superior para a população ribeirinha, podemos inferir, em consonância com os pensamentos de Mészáros (2008), que a educação no Brasil tem sido



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

historicamente marcada pelos ideários neoliberais, limitando seu potencial de transformação social. Embora políticas públicas tenham sido implementadas para expansão do ensino superior e promoção do acesso por meio de ações afirmativas, ainda enfrentam desafios significativos. Assim, é fundamental a reflexão sobre a trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil, para então, compreender os atuais obstáculos na busca por estratégias que verdadeiramente promovam uma educação inclusiva e emancipatória.

Inicialmente, o ensino superior foi predominantemente reservado a uma elite privilegiada, composta pelos filhos da aristocracia e da grande burguesia. No entanto, ao longo do tempo, muitos países iniciaram um processo de abertura dessas instituições para estudantes de origens e classes sociais menos favorecidas, buscando democratizar o acesso ao conhecimento e às oportunidades educacionais. No Brasil, conforme discutido por Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006) e Luiz Antônio Cunha (2007; 2011), durante o período colonial, as instituições de ensino superior foram organizadas para atender aos interesses das elites, similar ao que ocorreu nos países centrais da Europa. A preocupação com a instrução acadêmica era limitada, e com a população majoritariamente composta por africanos escravizados e povos indígenas, a preocupação do governo, na época, se baseava na exploração da força de trabalho escravo e o acesso à educação superior era restrito às elites privilegiadas.

Segundo Aranha (2006) e Cunha (2007), mesmo após a transformação de alguns cursos em faculdades, as instituições permaneciam isoladas e não se desenvolviam como universidades até o século XX. Isso contribuiu para reforçar o caráter elitista e aristocrático da educação no país, beneficiando nobres, proprietários de terra e uma camada intermediária ligada à burocracia estatal, situação que se estendeu por um longo período.

O primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas na Bahia, sede do governo geral, em 1550. Os jesuítas criaram, ao todo, 17 colégios no Brasil, destinados a estudantes internos e externos, sem a finalidade exclusiva de formação de sacerdotes. Os alunos eram filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado, de artesãos e, no século XVIII, também de mineradores (Cunha, 2011). Com a vinda da família Real para o Brasil e o acirramento das atividades mercantis, houve o aumento da demanda por formação universitária, e assim foram criadas algumas “cátedras isoladas de ensino superior” (Cunha, 2011). Em 1808 foi criado o curso de Medicina da Bahia e no Rio de Janeiro, e dois anos depois foi criado o curso de Engenharia no Rio de Janeiro. No entanto, o ensino superior seguia destinado apenas à elite brasileira.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Numa abordagem mais recente, podemos indicar a existência de posicionamentos contemporâneos que ecoam essa visão elitista do ensino superior. Por exemplo, o ex-ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez<sup>1</sup> defendeu a ampliação dos cursos técnicos em detrimento da ideia de universidade para todos, argumentando que o ensino superior não deve ser universalizado. Esse ponto de vista é criticado por Cunha (2007), que alerta para o risco de manutenção da exclusividade educacional em benefício das classes dominantes, reforçando assim as desigualdades sociais e econômicas no país.

Observa-se na história recente, diferentes abordagens de implementação de políticas educacionais no Brasil. Marcelo, Chacon e Calderon (2015) apontam que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, houve um aumento significativo no número de matrículas nas instituições privadas de ensino superior. O percentual de matrículas nessas instituições subiu de 60% para 70%, enquanto nas instituições públicas ocorreu uma redução de 21% para 15%. Isso demonstra uma clara tendência de crescimento do setor privado em detrimento do público durante esse período. Já o governo Lula adotou uma abordagem mista, beneficiando tanto as instituições públicas quanto as privadas.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2005, foi uma das iniciativas principais ao oferecer bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes de baixa renda em instituições privadas, com contrapartida das instituições em forma de isenção fiscal<sup>2</sup>, contribuindo para aumentar o acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior privado.

Paralelamente, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007, teve como objetivo ampliar o acesso e a permanência no ensino superior público. O REUNI resultou na criação de novas universidades federais e na expansão física e acadêmica das já existentes, além da interiorização e a criação de novos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia. Foram políticas significativas que refletem a continuidade da política neoliberal na educação superior brasileira, quando servem, também, para a consolidação da mercantilização do ensino superior, onde recursos públicos foram usados para fomentar grandes grupos educacionais privados que cresceram significativamente,

---

<sup>1</sup> G1, Ministro da Educação defende que universidade seja 'para poucos', disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>, acesso em: 21/06/2023.

<sup>2</sup> O artigo n. 8 da Lei nº 11.96/2005 (BRASIL, 2005), preconiza que a instituição que aderir o PROUNI ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: I – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas; II – Contribuição social sobre o Lucro Líquido; III Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social; e IV – Contribuição para o Programa de Integração Social.

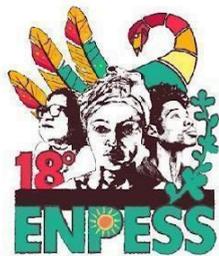
aproveitando-se dos incentivos financeiros governamentais, intensificando a privatização do ensino superior no Brasil.

No governo Dilma, marco significativo foi a aprovação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei das Cotas, que reservou 50% das vagas nas universidades federais para estudantes que se autodeclarassem pretos, pardos, indígenas, ou oriundos de escolas públicas. Isso representou um avanço considerável rumo à democratização do acesso ao ensino superior, diversificando o perfil socioeconômico e étnico dos estudantes nas universidades públicas. A implementação das cotas ocasionou um aumento significativo da presença de estudantes de baixa renda, pardos e pretos nas universidades federais. A maioria desses estudantes pertencentes a famílias com renda per capita de até, um salário mínimo e meio, refletindo uma maior inclusão social e econômica no ensino superior.

Com o impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer e Jair Bolsonaro, houve uma mudança drástica na orientação das políticas públicas, caracterizada por uma política de austeridade fiscal e cortes orçamentários severos. A Emenda Constitucional nº 95, que estabeleceu um teto de gastos por 20 anos, limitou os investimentos em áreas como educação e saúde, afetando diretamente as universidades públicas federais e programas como o Ciência Sem Fronteiras. Os governos Temer e Bolsonaro implementaram cortes significativos no financiamento das universidades públicas e agências de fomento à pesquisa, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Isso impactou negativamente não apenas a infraestrutura das instituições, mas também a qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para um terceiro mandato, há uma expectativa de reversão dessas políticas de desmonte, trata-se de um governo que se comprometeu com a retomada do investimento na educação, ampliação de vagas e fortalecimento das universidades públicas, buscando restaurar a autonomia e dignidade das instituições de ensino superior, no entanto, é necessário também, um olhar diferenciado para a Educação do Campo em especial para a oferta de educação superior para as populações ribeirinhas, respeitando suas culturas, modos de vida e demandas educacionais, bem como, dando resposta às suas necessidades e, assim, promover inclusão.

### 3 ENSINO SUPERIOR E POPULAÇÃO RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

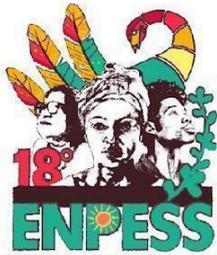
Conforme abordado na seção anterior, observa-se que na realidade brasileira, o usufruto do direito à educação sempre passou por inúmeros desafios, ainda mais intensos em se tratando das populações rurais (Zago, 2016), que têm suas condições de vida e acesso à educação formal marcados por uma precarização que se dá em virtude das desigualdades ainda existentes entre campo e cidade (Hage; Pereira; Brito, 2013). Assim, conforme apresentado anteriormente, até 1990 o acesso ao ensino superior, que é o mote da pesquisa, era apenas mais um dos inúmeros privilégios dos mais ricos, o que tornava as universidades instituições elitizadas, as quais os mais pobres e os grupos excluídos custaram a ter acesso (Redin, 2017).

Segundo Senkevics (2021) o sistema de educação superior brasileiro se desenvolveu de modo tardio, com as primeiras instituições voltadas a esse fim se estabelecendo apenas no início do século XIX, após a transferência da corte portuguesa em 1808. Ao final do Império em 1889, existiam apenas sete escolas superiores, cujo objetivo era formar os quadros para as “carreiras imperiais”. No entanto, nenhuma delas tinha o credenciamento de universidade, que só veio no período republicano com a fundação da Escola Universitária de Manaus (1909) e da Universidade do Paraná (1912), e da Universidade do Rio de Janeiro (1920).

Esse contexto influenciou no acesso da população ao ensino superior, o que pode ser observado pelos indicadores negativos que persistem mesmo com o processo de democratização, como por exemplo, no ano de 2019 apenas 21% dos adultos de 25 a 34 anos de idade tinham escolaridade em nível superior (Senkevics, 2021). Para o autor, esse quadro só não é pior devido aos dois ciclos de expansão que o Brasil vivenciou nas últimas seis décadas. Nesse sentido, ao refletir sobre o acesso das populações do campo ao ensino superior, é possível observar que este ainda é muito baixo, principalmente ao considerar que mesmo com o avanço da democratização do acesso, sua presença nas universidades ainda é tímida, quando não invisibilizada.

Desse modo, é preciso considerar como se deu esse processo histórico de negação do direito à educação para estes sujeitos. Quanto à oferta do ensino superior no Brasil e na Amazônia, Figueiredo (2020) fala que até 1930, do século XX, havia uma concentração das instituições nas regiões Sul e Sudeste, enquanto na Amazônia tal oferta se dava de modo mais tímido. Isso só se modifica com as mudanças feitas pelas Reformas do Ensino Superior, implementadas na Amazônia nas décadas de 30, e posteriormente em 60, ambas voltadas para o objetivo de atingir o progresso e o desenvolvimento.

Como resultado do processo de expansão, foram criadas a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará em 1945, e a Universidade do Pará em 1957, que posteriormente foi nomeada



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Universidade Federal do Pará, ambas localizadas na capital do estado do Pará. No entanto, o ensino superior seguia restrito, uma vez que mesmo com esse processo de expansão, a oferta se dava grosso modo nas capitais, e no caso do estado do Pará, durante muito tempo o ensino superior não era uma realidade para grande parte da população, posto que a oferta ocorria apenas para a capital Belém. Devido a isso, havia uma grande demanda pelo ensino superior na região, uma vez que a maior parte da população vivia nos interiores e não tinha condições financeiras para a manutenção em Belém. Assim, a demanda crescia consideravelmente, principalmente em comparação com as regiões Sul e Sudeste, que sempre concentraram mais Instituições Federais de Ensino Superior, o que é revelador de uma situação de exclusão educacional do nível superior da população que vivia na Amazônia, assim como ocorria com os demais níveis de ensino (Figueiredo, 2020).

Existem disparidades na presença de universidades na região Norte, refletido no menor número de matrículas, mas também no que tange ao desenvolvimento das próprias pesquisas que poderiam contribuir com a realidade amazônica (Pereira, 2020). De acordo com Figueiredo (2020), a partir de 2002 já era possível observar um aumento da presença de Instituições de Ensino Superior por todo o país. Na Amazônia já haviam 10 universidades que a exemplo da UFPA, que possuía campi nos municípios de Abaetetuba, Breves, Cametá, Soure, Castanhal, Bragança, Marabá, Altamira e Santarém, também promoviam oferta de ensino superior pelos interiores, expandido assim a oferta para grupos diferenciados.

Mesmo assim, persistem problemáticas relacionadas com a exclusão de diferentes grupos do acesso ao ensino superior, e aqui destaca-se a população ribeirinha que tem os seus saberes estreitamente relacionados com a dinâmica das águas e a partir desta constroem sua identidade (Pojo; Elias; Vilhena, 2014). Ressalta-se que ao utilizar o termo ribeirinho, pretende-se “[...] identificar um perfil sociocultural de grupos caboclos que se estabeleceram às margens dos rios, num espaço dinâmico que articula as relações de sociabilidade e culturais dentro das particularidades desse espaço [...]” (Neto; Furtado, 2015, p. 160).

Diante dessa realidade, que ainda é marcada pela exclusão desta parcela da população, destaca-se a luta de sujeitos coletivos que produz novas referências para uma sociabilidade diferente, incluindo a luta pelo direito à educação. Nesse sentido, tem se destacado o Movimento pela Educação do Campo, que possui princípios, valores e concepções político-pedagógicas articuladas de modo a reivindicar políticas públicas de educação e desenvolvimento rural com qualidade para a população do meio rural (Hage, 2014).

Essa luta conheceu muitos avanços, dentre os quais Hage (2014) cita marcos regulatórios importantes para a garantia do direito à educação, como por exemplo, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002). Destarte, percebe-se a importância desta luta encampada pelos movimentos sociais, uma vez que na atualidade esta vai além da educação básica, mas também reivindica o acesso em nível superior, lutando por políticas públicas educacionais que estejam voltadas para este fim (Brito; Hage, 2015). Nesse sentido, hoje já se fala em uma Educação Superior do Campo como projeto alternativo para a sociedade, que apresenta como objetivo a emancipação humana e a transformação da própria estrutura social, por meio deste projeto que é contra hegemônico, pois é pensado junto aos movimentos sociais. Tal projeto, perpassa pela construção de uma educação pautada nos saberes dos povos do campo (Aviz; Molina, 2023).

Portanto, a necessidade de valorização dos saberes desses sujeitos constitui-se em tarefa importantíssima, se a finalidade é pensar em políticas públicas que garantam a equidade nas condições de acesso (Paulo 2018), mas há ainda a necessidade de conhecer estes sujeitos que já estão no espaço da universidade, a fim de fortalecer o debate sobre a necessidade de ações específicas que garantam não só o acesso, mas também a permanência da população ribeirinha, tarefa a qual se dedica a próxima seção.

#### 4 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES RIBEIRINHOS DA UFPA

O levantamento de dados da presente pesquisa teve como fonte o Sistema Gerencial de Assistência Estudantil (SIGAEST) da UFPA, que é o sistema utilizado para o cadastro e acesso de discentes aos programas e projetos de assistência estudantil da UFPA, operacionalizados pela Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST)<sup>3</sup>.

Considerando a dificuldade de identificar o grupo de discentes ribeirinhos no referido sistema em virtude da ausência de autodeclaração dos (as) estudantes, buscou-se reconhecê-los por meio da busca pelo endereço informado. Assim, foram utilizados os descritores “rio”, “ilha”, “furo”, “igarapé”, “margem”, “margens”, “ribeirinho”, “ribeirinha”, “várzea”, “beira” e “foz” na base

---

<sup>3</sup> Unidade responsável por gerir a Política Institucional de Assistência Estudantil na UFPA.

geral de dados do SIGAEST, em busca de discentes ribeirinhos cadastrados no CADGEST<sup>4</sup> nos anos de 2022 e 2023.

Após isso, foi feita a sistematização dos dados, sendo excluídos aqueles discentes que não correspondiam ao resultado esperado, como aqueles encontrados por ter um dos descritores presentes em nomes de ruas ou residenciais urbanos no endereço. Assim, foram encontrados, no total, 1.084 discentes na base de dados do SIGAEST, os quais foram inferidos enquanto ribeirinhos. Evidencia-se que, conforme os dados do quantitativo de discentes na UFPA<sup>5</sup>, no ano de 2022 a instituição atingiu o número de 53.147 discentes de graduação, incluindo ingressantes e concluintes. Desse modo, o percentual de discentes de graduação ribeirinhos da UFPA encontrados corresponde a 2,03% do total.

Os dados demonstraram que a maioria das (os) discentes ribeirinhas (os) da UFPA são mulheres (61,62%), autodeclaradas (os) negras (os) (85,97% - sendo 49,17% autodeclaradas/os pardas/os e 36,80% autodeclaradas/os pretas/os) e com faixa etária de 21 a 30 anos (69,28%). A maior prevalência de mulheres ribeirinhas acessando o ensino superior na UFPA pode ter relação com a divisão dos papéis sociais de gênero nas relações sociais dos grupos familiares rurais, que podem produzir um maior incentivo à continuidade da trajetória escolar de mulheres, as quais acessam o meio acadêmico em busca de outras possibilidades (Souza, 2022).

Quanto à faixa etária com maior incidência, percebe-se uma maior presença de discentes ribeirinhas (os) jovens na universidade. Tal achado pode ser vinculado à ampliação do acesso ao ensino superior no país nos últimos anos, o que tem impulsionado a continuidade no percurso escolar da juventude.

Sobre os dados obtidos em relação à raça/cor dos sujeitos da pesquisa, com base em como se autodeclaram, pode-se refleti-los a partir da discussão sobre a negritude amazônica, conforme os conceitos abordados por Conrado, Campelo e Ribeiro (2015) e Sena (2023), este último com base em entrevista realizada com Zélia Amador de Deus. Na entrevista, Zélia Amador de Deus destaca que a inserção do sujeito no contexto universitário favorece o processo de reconhecimento da sua negritude e, portanto, a universidade tem o potencial de representar um lugar de descoberta e reconhecimento racial do sujeito sobre si próprio.

---

<sup>4</sup> Base de dados institucional de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, composta por meio de análise socioeconômica realizada por assistentes sociais. O CADGEST visa oportunizar o acesso aos diversos programas, ações, auxílios e serviços de assistência estudantil da UFPA.

<sup>5</sup> UFPA em números 2023, disponível em: <https://ufpanumeros.ufpa.br/index.php> (ano-base 2022).

No que se refere à renda familiar, os dados apontaram que há maior incidência de famílias com renda familiar de até um salário mínimo (48,80%), seguida de famílias sem renda (12,17%) e com renda de até dois salários mínimos (10,14%). Em relação a renda per capita, observou-se que as famílias apresentam, em sua maioria, renda per capita de até R\$ 250,00 com (31,27%), seguida de até R\$ 500,00 (17,80%) e renda per capita zero (12,36%). Desse modo, com base nas classificações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível inferir que o perfil obtido corresponde a um maior percentual de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Quanto à moradia de origem das (os) discentes ribeirinhas (os) da UFPA, os dados do SIGAEST revelaram que estas (es) residem, em maior parte, em rios e ilhas localizados na mesorregião Nordeste Paraense, sobretudo nos municípios de Abaetetuba (40,12%), Cametá (20,20%) e Igarapé Miri (6,08%). Não casualmente, tais municípios possuem em seus territórios uma multiplicidade de ilhas e rios.

As (Os) discentes ribeirinhas (os) da UFPA estudam, em maior número, no campus da UFPA em Belém (40,31%), seguido do Campus da UFPA em Abaetetuba (27,85%) e do Campus da UFPA em Cametá (22,69%). Assim, nota-se que a (o) acadêmica (o) ribeirinha (o) tende a cursar graduação em municípios/regiões próximas aos seus locais de moradia, o que indica a vinculação ao território.

Quanto ao curso de graduação, pode-se observar que os sujeitos da pesquisa estão vinculados, em maior parte, a cursos de licenciaturas, como: Letras – Português (10,97%), Pedagogia (10,97%), Educação do Campo (9,96%) e Matemática (7,74%), que correspondem aos cursos com maior incidência. Por outro lado, constata-se, também, uma incidência discreta de discentes ribeirinhas (os) matriculadas (os) em cursos de grande concorrência como Direito e Medicina, com menos de 2% cada.

Salienta-se que os dados encontrados podem estar relacionados ao processo de interiorização das universidades brasileiras, tendo como sua maior expressão a criação e manutenção de diversos campi e polos. Nesse sentido, é possível assinalar que o processo de interiorização expandiu o acesso da população ribeirinha à universidade, uma vez que aproximou a educação superior pública brasileira de seus territórios. Em contrapartida, percebe-se ainda uma presença modesta de discentes ribeirinhas (os) em cursos de “maior prestígio” e que são mais disputados.

No que se refere à forma de ingresso deste público, os dados revelaram que, em maioria, o ingresso ocorreu por meio do sistema de cotas nacional com percentual de 38,19%, do Processo Seletivo Especial para Quilombolas (PSE – Quilombola) com 36,71% e do Processo Seletivo Especial para Educação do Campo com 9,31%, respectivamente. É importante destacar que as duas últimas formas de ingresso correspondem a ações afirmativas de iniciativa institucional.

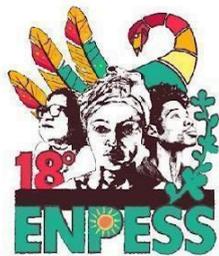
A partir disso, observa-se que o sistema de cotas nacional e os processos seletivos especiais favorecem o ingresso de discentes oriundos (as) das populações amazônicas tradicionais no ensino superior público. Além disso, compreendeu-se que os dados demonstram, também, que a (s) identidade (s) ribeirinha (s) é transversalizada por outras identidades, o que retrata a pluralidade e a complexidade amazônicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo caracterizar os discentes ribeirinhos que cursam graduação na UFPA. Nesse sentido, os resultados apresentaram uma caracterização que permitiu observar qual a sua representação dentro da comunidade universitária, gênero, raça, faixa etária, renda familiar e municípios de origem, o que traz a reflexão acerca da diversidade presente dentro do segmento, assim como permitiu traçar um panorama sobre as principais demandas para as quais a UFPA precisa ter um olhar específico a fim de possibilitar que estes sujeitos tenham acesso as condições necessárias para a continuidade de seu percurso acadêmico.

Considera-se que esta pesquisa apresenta importante contribuição para o campo de estudos do ensino superior, ao refletir sobre um importante grupo que na atualidade adentra a universidade, qual seja, as populações ribeirinhas da Amazônia. Nesse sentido, traz à baila a importância de que a universidade e a sociedade conheçam esses sujeitos, suas motivações, demandas e expectativas quanto a formação em nível superior, a fim de contemplá-los em uma política pública educacional que considere as suas especificidades.

Enquanto limitações do presente estudo, ressalta-se o fato de que ainda não foi possível aprofundar o estudo a partir das narrativas desses sujeitos, que podem trazer apontamentos significativos sobre o processo de permanência no cotidiano da universidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Enquanto sugestões para pesquisas futuras indica-se a possibilidade de estudos que contemplem as histórias de vida destes sujeitos, a fim de compreender o processo de ingresso e permanência no ensino superior.

Por fim, pontua-se a pertinência e urgência da abordagem sobre as populações ribeirinhas e o ensino superior, uma vez que conforme observado ao longo desta reflexão, é preciso romper com o processo de invisibilidade desses sujeitos dentro da própria universidade, para que cada vez mais ribeirinhos possam ter condições que lhes permitam de fato ter garantido o seu direito à educação.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. Z. Juventude rural em território de incertezas: questões para a educação. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade**, v.27, n.54. BR, 20, 387-400, 2023.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. Geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006. (3ª ed. rev. ampl.)

AVIZ, L. N. C.; MOLINA, M. C. Educação Superior do Campo, Juventude Ribeirinha e Práxis na Amazônia Paraense: a promoção da auto-organização das egressas em seus territórios. **Gênero na Amazônia**, n. 23, jan./jun, 2023.

BRITO, M. M. B.; HAGE, S. M. Políticas públicas voltadas para a educação superior do campo: referências para uma universidade socialmente responsável. **Referência pedagógica**, v. 3, n. 1, jan./jun., 2015.

CONRADO, Mônica; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia Paraense. **Afro-Ásia**, Salvador, núm. 52, pp. 213-246, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21886>. Acesso em: 18 de junho de 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3. ed., São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira. Faria, Luciano Mendes. Veiga, Cynthia Greive. (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 5º ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERNANDES, J. S. N.; MOSER, L. Comunidades tradicionais: a formação sócio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 3, p. 532-541, set./dez., 2021.

FERREIRA, P. R. S. **Por Rios e Florestas, a UFPA e o desenvolvimento humano no Marajó: uma análise sobre o papel da Universidade nos municípios de Breves e Melgaço**.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Orientador: Gilmar Pereira da Silva. 2021. 165 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Cametá, Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Cametá, 2021.

FIGUEIREDO, N. G. de. A oferta de ensino superior por Universidades Federais no interior da Amazônia: da UFPA à UFOPA em Santarém-PA/Brasil. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, p. 01-30, 2020.

FLORES, S. R. A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da colônia à república. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v.3, n.2, p. 401-416 maio/ago., 2017.

GEHLEN, M. E.; FINATTO, R. A. Educação do Campo no ensino superior: o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 20, n.43, p. 271 - 294, maio/ago., 2019.

HAGE, S. M.; PEREIRA, R. A. G.; BRITO, M. M. B. Educação superior e democratização: o acesso de populações negras, indígenas e do campo no ensino superior na amazônia paraense. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.22, n.2, p. 83-102, jul./dez., 2013.

HAGE, S. M. Movimentos sociais do campo e educação: referências para análise de políticas públicas de educação superior. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 1, p.133-150, 2014.

HAGE, S. A. M. *et al.* O direito à educação superior e a licenciatura em educação do campo no Pará: riscos e potencialidades de sua institucionalização. **Acta Scientiarum**, v. 40, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.37675>. Acesso em: 15 fev. 2024.

LIRA, T. de M.; CHAVES, M. do P. S. R. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar., 2016.

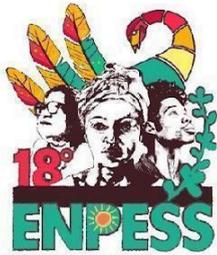
MARCELO, J. CHACON, T. CALDERÓN, A.I. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo Lula. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, México, v.6, n.17, P.33-37, 2015.

MELO, S. P. M.; BRAGA, O. R.; SANTANA, J. F. Juventude rural e ensino superior público: trajetórias de estudantes de um campus universitário Público do Nordeste do Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 6, 2020.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo. Boitempo, 2008.

NETO, F. R.; FURTADO, L. G. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/97408>. Acesso em: 27 jan. 2024.

NEVES, C. E. B.; SAMPAIO, H.; HERINGER, R. A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6. n. 12, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=595765252002>. Acesso em: 04 dez. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

PAULO, M. A. L. A interiorização das universidades federais e o acesso de jovens rurais ao ensino superior: o caso da UAST/UFRPE. **Raízes**, v. 38, n. 1, p. 162-177, jan./jun., 2018.

PEREIRA, D. D. Contextos históricos dos desafios do ensino superior na Região Amazônica. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 16, n. 24, 2020.

POJO, E. C.; ELIAS, L. G. D.; VILHENA, M. N. As águas e os ribeirinhos: beirando sua cultura e margeando seus saberes. **Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação**, Abaetetuba, v. 8, n. 11, p. 176-198, ago., 2014.

REDIN, E. Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior. **Educar em Revista**, n. 63, p. 237-252. jan./mar., 2017.

RODRIGUES, R. O. Jovens marajoaras: identidades pluriversas. In: COSTA, E. M.; LIMA, N. L. de.; HAGE, S. (Orgs.). **Juventudes marajoaras em defesa da vida, do bem viver, do território e da diversidade**. Breves: CUMB-UFPA, 2023, p. 26-34.

SANDES, A. J. S.; ALVES, A. E. S. Panorama da Literatura Científica Sobre a Juventude Rural no Brasil: Uma Revisão Sistemática. **Revista Rural e Urbano**, v. 06, n. 01, p. 180 - 193, 2021.

SENA, J. A persistência dos Herdeiros de Ananse (Prefácio). In: Dossiê Raça e Amazonidades. **Revista África e Africanidades**, Ano XVI, nº 46, maio, 2023. Disponível em: [https://africaeaficanidades.com.br/documentos/Dossie\\_Ra%C3%A7a\\_e\\_Amazonidades.pdf](https://africaeaficanidades.com.br/documentos/Dossie_Ra%C3%A7a_e_Amazonidades.pdf). Acesso em: 18 de junho de 2024.

SENKEVICS, A. S. **O acesso, ao inverso**: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020. Orientadora: Marília Pinto de Carvalho. 2021. 437 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48137/tde-11012022-103758/publico/ADRIANO\\_SO\\_UZA\\_SENKEVICS\\_rev.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48137/tde-11012022-103758/publico/ADRIANO_SO_UZA_SENKEVICS_rev.pdf). Acesso em: 25 abr. 2024.

SILVA, A. M. S.; XIMENES, V. M. Implicações psicossociais da migração rural-urbana para jovens universitários. **Revista Polis e Psique**, p. 68-89, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/download/117924/88340/565284>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SOUZA, V. K. R. de. **A trajetória escolar de estudante ribeirinho da UFAM e a construção da identidade**. 2022. 103 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) - Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64. jan.-mar, 2016.